

ANÁLISE DA MORTALIDADE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E EVIDÊNCIAS PARA O MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO - RS

Maria Serli de Moraes Pandolfo¹
Paulo Roberto Veloso²

RESUMO

O presente artigo teve como objetivo diagnosticar os principais fatores causadores da mortalidade precoce das micro e pequenas empresas do município de Passo Fundo-RS. A metodologia utilizada foi baseada no trabalho desenvolvido pelo Sebrae-MG para o ano de 1997 e consistiu na aplicação de questionários e entrevistas, previamente testados e aplicados numa amostra de empresas dos setores de indústria, comércio e serviços do município. O conjunto de informações obtidas forneceu dados que indicam que, apesar de existir um conjunto de fatores comuns causadores da mortalidade, a capacidade de reação dos empresários é diferente, devendo ser adotadas medidas específicas de acordo com as particularidades de cada região. Os resultados obtidos permitiram concluir ainda que os fatores causadores da “mortalidade” precoce desse grupo de empresas estão ligados, principalmente, à política econômica recessiva provocada por altas taxas de juros e tributos.

Palavras-chave: micro e pequenas empresas, “mortalidade” empresarial, política econômica.

1 INTRODUÇÃO

Analisar e entender o processo de inserção das micro e pequenas empresas no contexto atual da economia, caracterizada pela formação de blocos regionais e pela globalização, torna-se um trabalho extremamente relevante, tendo em vista que só sobreviverão nesse novo mercado aquelas empresas que conhecerem bem o mercado no qual atuam e se readequarem no sentido de atender às novas exigências impostas,

¹ Graduada em Economia pela Universidade de Passo Fundo - RS.

² Professor do Centro Regional de Economia e Administração da UPF.

Teor. Evid. Econ.	Passo Fundo	v. 8	n. 14	p. 77-95	maio 2000
-------------------	-------------	------	-------	----------	-----------

quais sejam, agilidade de ações, qualidade, preços adequados e principalmente, ter no cliente o foco principal de atuação.

Nesta análise, pretende-se abordar, de forma sucinta os principais problemas vividos pelas micro e pequenas empresas - MPE's - do município de Passo Fundo-RS na atual conjuntura econômica e destacar o caso específico da experiência de empresários que encerraram suas atividades e outros que ainda se encontram em atividade no município.

A crescente inserção do país na economia internacional, iniciada no governo Collor, o poder de mercado exercido por um grupo restrito de grandes empresas, acrescido do crescente número de pequenos empreendimentos, têm se constituído em fatores de acirramento da concorrência e ampliação da disputa entre as empresas. O processo de globalização vivido pode ser percebido como uma realidade irreversível e a participação nesse mercado global exige, a cada dia, maior competência por parte das empresas nacionais, sejam essas micros, pequenas, médias ou grandes. Portanto, um fator importante a ser discutido no que se refere às micro e pequena empresas é: Como sobreviver frente a um mercado tão concorrido?

As micro e pequenas empresas vivem atualmente momento único. Nunca a concorrência internacional esteve tão próxima, visto que a globalização cria mercados sem fronteiras, gerando uma nova forma de poder entre as forças de mercado (Grzybowski e Tedesco, 2000).

Nos últimos anos, as autoridades econômicas brasileiras têm feito sacrifícios para adaptar a economia nacional às novas regras do jogo econômico mundial; o país modernizou seu parque industrial, tornando obsoleto setores inteiros da economia e gerando, com isso, elevado nível de desemprego e, conseqüentemente, um aumento da pobreza do meio urbano. Tal fato tem contribuído de forma marcante para a ampliação do número de pequenos negócios. O que vem ocorrendo, entretanto, é que a maioria desses empresários não possuem qualquer formação profissional para conduzir seu próprio empreendimento.

Pesquisa realizada pelo Sebrae-MG (1997) buscou identificar os fatores determinantes da mortalidade precoce das micro e pequenas empresas mineiras como forma de criar meios para alertar os empresários que ainda se encontram em atividade sobre as principais medidas a serem tomadas e, ao mesmo tempo, prepará-los para evitar erros futuros. O maior mérito desse estudo está na simplicidade de seu método, sendo acessível mesmo àqueles empresários com baixo nível de instrução formal. Faz-se importante destacar, entretanto, que os desafios empresariais são diários e que os problemas de ontem não serão os mesmos de amanhã e que muitos dos fatos que se cons-

tituíam em problemas já foram solucionados. Por sua vez, à medida que a conjuntura econômica vai se alterando, novos problemas vão surgindo.

Sobre esse particular, cabe mencionar, entretanto, que muitos dos problemas vividos por esse segmento têm persistido por décadas e, ainda assim, um percentual elevado de micro e pequenos empresários continuam sendo empurrados para fora do mercado.

Os micro e pequenos empresários conscientes da crise que estão vivendo, vêm buscando um meio de sobrevivência nessa nova aldeia global. Entretanto, os resultados são, muitas vezes, críticos e a cada dia mais empresas fecham e mais empregos se extinguem, culminando na menor arrecadação por parte do governo e em maiores problemas sociais.

Ao lado dos efeitos sociais como desemprego e concentração de renda, por exemplo, passam a ser arrolados as vantagens econômicas das MPE em termos de descentralização industrial, complementaridade à produção dos grandes estabelecimentos e interiorização do desenvolvimento (Tagliassuchi, 1987).

Dentro desse contexto, é necessário que se aprofundem estudos no sentido de apresentar alternativas viáveis para a sobrevivência dessas empresas. Algumas alternativas encontradas e sugeridas por estudiosos do assunto, muitas vezes, não têm se constituído em resultados favoráveis, tendo em vista que são embasadas em técnicas administrativas modernas, nem sempre absorvidas com facilidade por esse grupo de empresários, muitos deles com baixo grau de instrução formal.

Na discussão evidenciada, tem sido reafirmada a necessidade de maior comprometimento do poder público no sentido de estabelecer políticas econômicas de apoio aos empreendimentos de pequeno e médio porte. A essa postura está, geralmente, associado receituário que reivindica políticas creditícias e tributárias de favorecimento ao setor, ao lado de apoio técnico gerencial.

O que pode se observar é que o poder público não tem estado alheio à realidade das MPE, embora a maior preocupação governamental com esse segmento não tenha se traduzido em programas de alcance global. E via de regra, acabam privilegiando as empresas de grande porte. Tal fato é justificável em virtude de, numa economia de mercado, os setores mais organizados tenderem a obterem maiores benefícios advindos das medidas de política econômica adotadas.

Os argumentos contrários à adoção de medidas de apoio a essas empresas poderiam estar respaldados por justificativas do tipo: no mercado prevalece a lei da “selva”. Tais medidas, entretanto, não devem ser tachadas como protecionistas, tendo em vista que garantir um ambiente justo à iniciativa do pequeno empresário pode ser a única

forma de sobrevivência nesse mercado. Essas medidas de apoio, se fossem adotadas hoje no Brasil, já viriam com um atraso significativo em comparação a países mais avançados.

De acordo com Lethbridge (1997), uma das formas de compreender o porquê de algumas nações hoje serem desenvolvidas, com economia sólida e distribuição de renda mais equilibrada, está, essencialmente, nas políticas de apoio às micro e pequenas empresas adotadas há mais de trinta anos. Um exemplo clássico é o Japão, segunda potência econômica mundial, que hoje lidera a corrida tecnológica industrial. Nesse país, já em 1947, cria-se uma série de medidas de apoio, entre as quais se destacam as financeiras e de crédito para financiamento de projetos de longo prazo.

A Itália iniciou sua política de apoio às micro e pequenas empresas já na década de 1950, e hoje se verifica que cerca de 70% do PIB vêm das pequenas empresas, que realizam ainda em torno de 18% das exportações e representam cerca de 25% do total de empresas na Europa (Lethbridge, 1997).

Também a Alemanha, terceira força econômica mundial, tem nos empreendimentos de pequeno porte parte de seu sucesso. Apesar de o apoio alemão ao setor ser mais recente, intensificado na década de 1970, existe hoje um elevado número de programas disponíveis para os pequenos empresários. O que torna o projeto alemão diferenciado é o fato de o país ter um plano de pesquisa e tecnologia específico para esse segmento, destinando de 25% a 30% dos gastos federais à pequena e média empresas (Lethbridge, 1997).

Já, nos chamados Tigres Asiáticos, destaca-se a Coreia, que iniciou seu programa de incentivo ao setor ainda em 1962, com a criação da Federação Coreana da Pequena Empresa. Um dos maiores incentivos para essas empresas está na parte fiscal, por meio de um fundo de reserva contra risco de exportação, em que 2% da receita com as vendas externas são alocados como *prejuízo financeiro*; da mesma forma, existe isenção fiscal nos impostos sobre espaço ocupado e sobre folha de pagamento. Dentre as medidas de assistência financeira, destacam-se empréstimos para exportação, compra de equipamentos, projetos de modernização, além da obrigatoriedade de os bancos municipais e locais emprestarem 35% e 55% dos seus ativos para o setor, respectivamente (Lethbridge, 1997).

O que deve ser destacado é que os governos desses países consideram o segmento como elemento vital para a expansão econômica do país. E, ainda, que uma das características dessas empresas é a administração familiar, mas com gerenciamento profissional, exercido por pessoas com elevado nível cultural e com treinamento em técnicas modernas de gestão.

No caso brasileiro, especialmente, pode-se observar que, somente a partir da década de 1980 intensificou-se a discussão em torno do assunto, apesar de datarm da década de 1970 os primeiros rumores sobre a questão.

A partir de julho de 1994, com a implantação de mais um plano de estabilização, surgiu um novo contexto com o qual as micro e pequenas empresas passaram a se defrontar com controle da inflação via limitação do consumo doméstico, elevadas taxas de juros e elevada carga tributária. Com relação ao controle da inflação, destaca-se o fato de a equipe econômica do governo tê-la diagnosticado como sendo provocada, eminentemente, por excesso de demanda. Nesse sentido, a alternativa técnica encontrada foi a limitação do consumo via, principalmente, restrição ao crédito e abertura do mercado a produtos de origem estrangeira. Tal fato limitava a competitividade dos produtos nacionais em virtude de os produtos importados serem, em muitos casos, de qualidade igual ou superior, forçando o preço do produto nacional para baixo.

Já as elevadas taxas de juros praticadas no mercado, contribuíram de forma marcante para a redução do impulso de crescimento produtivo em razão do desestímulo a novos investimentos. Atrelado aos fatores, anteriormente mencionados, pode-se destacar a elevada carga tributária, que tende a reduzir a competitividade do produto nacional frente ao importado. Esse mercado conturbado justifica, em princípio, o alto índice de mortalidade das MPE.

De acordo com estudos desenvolvidos por Degen (1989), 85% dessas empresas não ultrapassam cinco anos de existência. As evidências desfavoráveis ao segmento de MPE atreladas à importância econômico-social desse grupo de empresas, justificam a adoção de programas, em nível nacional, de estímulo ao segmento por parte do setor público.

Entre outras, podem-se destacar as seguintes contribuições advindas das micro e pequenas empresas no cenário econômico: absorção de mão-de-obra, formação de talentos empresariais, surgimento de inovações tecnológicas secundárias ou incrementais, descentralização industrial, capitalização de recursos e sua canalização para investimentos produtivos.

Baseado no exposto, podem-se fazer alguns questionamentos, tais como: O que leva ao alto índice de mortalidade das micro e pequenas empresas nacionais nos primeiros anos de vida? Quais são as alternativas a serem apresentadas para viabilizar o micro empresário tendo em vista sua grande importância no cenário econômico nacional?

O objetivo do presente artigo é diagnosticar as principais dificuldades vividas pelo grupo de micro e pequenas empresas do município de Passo Fundo-RS com perspectiva de propor alternativas viáveis ao segmento.

2 METODOLOGIA

2.1 Referencial teórico

Segundo Barros (1973), um dos principais entraves ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas é a utilização de “critérios não desenvolvimentistas” na concessão de financiamentos industriais, isto é, critérios fortemente determinados pelo grau de oferta de garantias reais, conhecimento e tradição empresarial.

Inversamente, o autor argumenta que a utilização de critérios de desenvolvimento conduziria a uma apreciação mais adequada técnico-econômica de projeto, isto é, a uma maior valorização do homem como potencial empresário, respeitando os princípios filosóficos básicos do desenvolvimento industrial.

Ainda de acordo com o autor citado, o sistema financeiro engloba um processo natural de concentração de financiamentos industriais direcionados aos setores que apresentam maior taxa de retorno sobre o capital investido, não importando se os setores revestem-se de maior ou menor importância social.

Contrapondo-se a essa visão, uma outra linha de análise introduz variáveis importantes para o empreendimento das relações entre pequenos e médios empresários e o Estado à medida que elege como foco de estudo a dimensão político-institucional que permeia a formação de políticas públicas.

Nesse último caso, observa-se que a falta de representatividade dos micro e pequenos empresários junto ao Estado tem sido diagnosticada como seu principal problema na esfera política. Isso resulta da conjunção de vários fatores, tais como: inadequação da estrutura de representação de interesses e as particularidades inerentes à pequena empresa, especialmente a grande heterogeneidade de atividades representativas.

Observa-se que a luta dos micro e pequenos empresários não se encontra articulada em termos de interesses coletivo ou de desenvolvimento de uma consciência comum, nem mesmo à formação de um sistema de proteção eficaz, patrocinado pelas autoridades governamentais. De modo similar, a enorme heterogeneidade do campo de atuação (subsetores industriais, comerciais e de serviços), vem impedindo a formação de uma burguesia nacional com classe organizada e politicamente expressiva. Em

decorrência disso, esse segmento não se coloca com capacidade de resistência e luta contra a grande empresa e se torna obrigado a atuar como coadjuvante no processo de crescimento, participando apenas daqueles setores vistos como não prioritários pelas grandes empresas.

2.2 Operacionalização do modelo de análise

A questão da mortalidade precoce das micro e pequenas empresas deve ser vista como fundamental na compreensão dos fatores implícitos a essa forma de organização. Com base nos resultados encontrados, será possível definir rumos setoriais, bem como medidas operacionais de acordo com diretrizes traçadas para o município de Passo Fundo. Os resultados deste estudo podem ser vistos ainda como referencial para o conhecimento e suporte a possíveis intervenções no sentido do desenvolvimento econômico e social do município.

O município de Passo Fundo-RS está localizado no Planalto Médio do Rio Grande do Sul e conta hoje com aproximadamente 170 000 habitantes, dos quais em torno de 95% residem no perímetro urbano e possuem uma renda per capita média de, aproximadamente, R\$6 400,00. As participações dos setores produtivos são distribuídas da seguinte forma: indústria - 26,35%, comércio - 50,40, serviços - 18,03% e agropecuária - 5,22% (Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 1997).

A cidade constitui-se em pólo regional de uma dezena de outras cidades menores, além de lugarejos, vilas e pequenas comunidades, de onde se deslocam seus moradores, produtores rurais e pequenos comerciantes na demanda de bens e serviços dos mais variados.

A escolha deste município para análise é resultado de observações preliminares da realidade econômica local, onde se percebe que, apesar de a região se caracterizar por um poder aquisitivo maior, o índice de mortalidade das micro e pequenas empresas tende a seguir a média nacional. A dificuldade de fazer um levantamento em forma de censo induziu os pesquisadores a optarem por uma amostra estatística das empresas a serem estudadas. Uma das alternativas no estabelecimento do parâmetro para a identificação da amostra é o faturamento anual baseado no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições - Simples.

De acordo com a lei que criou esse sistema, o enquadramento dos pequenos empreendimentos se dá com base no montante de sua receita no ano calendário anterior, baseado em parâmetros preestabelecidos.

Outra alternativa é aquela que utiliza como parâmetro o número de empregados por empresa. Classificando-as como micro, pequenas, médias ou grandes. Neste trabalho, utilizou-se a segunda opção, em razão da maior facilidade de obtenção dos dados.

2.2.1. Amostragem

Para definição da amostra, foi levantado o número total de micro e pequenas empresas do município de Passo Fundo constituídas a partir de julho de 1994, abrangendo todos os setores produtivos (urbano), ou seja, indústria, comércio e serviços. As empresas e seus respectivos proprietários foram rastreados via lista telefônica, visitas e pesquisa na vizinhança para identificar as que ainda estão em atividade. No caso de empresas extintas, fez-se o rastreamento de seus antigos proprietários.

Para a seleção de uma amostra, qualquer que seja o método utilizado, não se pode perder de vista a consonância e o equilíbrio que deve existir entre quatro quesitos no processo:

- objetividade: o desenho amostral deve ser suficiente para refletir os objetivos da pesquisa;
- comensurabilidade: a amostra deve ser estatisticamente mensurada para permitir inferências probabilísticas teoricamente adequadas ao fenômeno estudado;
- praticidade: as informações amostrais devem ser simples e claras, mas completas e suficientes para descrever e analisar o fenômeno;
- economicidade: a amostra deve ser obtida ao menor custo possível, para um determinado grau desejável de precisão nas inferências.

2.2.2 Tamanho da amostra

De acordo com Stevensom (1981), a definição do tamanho de uma amostra a ser retirada de uma população finita pode ser descrita da seguinte forma:

$$N = \left(\frac{Z\delta}{\varepsilon} \right)^2 \left(\frac{1-N}{p} \right)$$

Onde:

N = tamanho da amostra;

d = desvio-padrão da varável de interesse na população que, para o presente estudo, será o tamanho da empresa medido pelo número de empregados;

E = erro admissível na estimativa da média da variável de interesse, o que corresponde a amplitude do intervalo de confiança; para este caso, será de 20%. O elevado percentual de erro justifica-se em razão de amostra ser pequena e de a data deste trabalho não ter como princípio básico a análise estatística, e, sim, uma avaliação exploratória de dados levantados;

Z = valor tabelado para um nível de (C%) na estimativa do número médio de empregados. Para este estudo, trabalhar-se-á com 90% de confiança, o que implicará num valor de Z tabelado de 1,65;

P = tamanho da população representada neste estudo pelo número total de empresas cadastradas na Junta Comercial da Passo Fundo – RS.

O Quadro 1 mostra, dentro do intervalo que contempla as MPE, os intervalos por número de empregados, a frequência de cada intervalo e o número de empresas a serem pesquisadas.

Quadro 1 - Classificação das micro e pequenas empresas de acordo com o número de empregados para o Brasil e a respectiva frequência para o município de Passo Fundo.

Nível inferior	Nível superior	Frequência	Nº de emp. pesq.
0	9	522	48
10	19	104	10
20	29	37	3
30	39	13	2
40	49	23	2

Fonte: Associação Comercial de Passo Fundo.

Efetuada os cálculos, chegou-se a uma amostra de 65 empresas (micro ou pequenas) que serão avaliadas com base na frequência de cada setor.

Efetuada os cálculos e excluindo o setor agropecuário, chegou-se à seguinte distribuição: 18 empresas do setor de indústria, 34 para o setor de comércio e 13 para o setor de serviços.

Como o cadastro analisado incluía as empresas extintas no período, optou-se por aplicar 50% dos questionários nas empresas em atividade (distribuídos dentro de cada setor) e 50% junto os empresários que haviam extinguido as atividades.

A coleta de dados foi feita por meio de entrevistas e questionários previamente testados e aplicados pelo próprio pesquisador, perfazendo um total de 65 empresas dos ramos de indústria, comércio e serviços, respeitando-se a proporcionalidade de cada

setor. Para os empresários que extinguíram suas atividades, o procedimento foi idêntico.

Buscaram-se nos questionários informações que permitissem identificar as características das empresas em termos gerenciais, as características pessoais dos proprietários/gerentes, bem como o ramo de atividade, tipo de empresa, tempo de atuação no mercado, número de empregados, motivos que teriam levado à abertura do negócio e atividade exercida antes de abrirem próprio negócio.

Com relação às características pessoais, foram levantados dados relativos ao grau de instrução formal, estado civil e sexo. Pelo lado gerencial, buscaram-se informações sobre os procedimentos adotados na condução do negócio em termos técnico-administrativos de forma que se pudesse verificar as perspectivas do empreendimento ou, no caso das empresas extintas, identificar os fatores que teriam levado o cancelamento do negócio.

2.3 Fonte de dados

Os dados para o presente trabalho foram obtidos junto ao IBGE, Sebrae, Junta Comercial de Porto Alegre, Prefeitura Municipal de Passo Fundo-RS, periódicos e revistas especializadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Estudos e pesquisas sobre as micro e pequenas empresas, numa era de grandes conglomerados que operam em escala global, podem parecer anacrônicos ou ingênuos, sobretudo se se tiverem presentes as linhas mestras das políticas econômicas e industriais executadas nessas últimas décadas, claramente privilegiando os grandes investimentos e corporações. *Big is efficient* parece ter se tornado a palavra de ordem dos tecnocratas e dos atores do setor público, procurando legitimar decisões, planos e projetos que, além de acelerar a concentração do poder e riqueza nas mãos de poucos, transferem o ônus dos erros e fracassos para as camadas menos favorecidas da população.

A ascensão e expansão das grandes empresas e organizações não podem ser analisadas sob o enfoque apenas econômico, ou seja, das pretensas economias de escala. Fato importante, embora geralmente ignorado ou omissos, é o poder político da grande empresa, que mina e subverte estruturas e valores democráticos lá onde se estabelece, ao transformar a vida social informal que vigora nas pequenas unidades produtivas em relações formais, impessoais e vigiadas por controle burocrático.

A discussão, não pretende retornar à pequena unidade produtiva do tipo artesanal. Contudo, tendo em vista ser imperante a necessidade de organizar a produção e certos serviços para o consumo em massa, ou seja, em grandes estabelecimentos, cujas máquinas e equipamentos geralmente são indivisíveis, ou, pelo menos, difíceis de serem reduzidos em sua escala, contudo, deve-se destacar o relevante papel desempenhado pelas micro e pequenas empresas na geração de emprego e renda para as populações urbanas, cuja absorção produtiva pelo setor industrial moderno não correspondeu às expectativas e planos governamentais. Ressalta-se, ainda, sua contribuição no sentido de amenizar possíveis conflitos sociais inerentes ao processo de exclusão social. O que se busca no presente trabalho é indicar alguns dos principais problemas e alternativas apresentadas para esse grupo de empresas, principalmente em se tratando de um ambiente global.

A literatura aponta que, para obter sucesso num ambiente de economia globalizada, a empresa deve direcionar seu foco para o cliente e o mercado, sem se esquecer dos aspectos organizacionais, e buscar apoio junto a profissionais e entidades especializadas. É relevante, ainda, que o setor público apresente um ambiente apropriado à promoção dos pequenos empreendimentos como condição para a redução da mortalidade. De outra forma, só será possível desenvolver projetos que viabilizem esse grupo de empresas a partir de diagnósticos contendo informações minuciosas sobre as particularidades dessas empresas.

Deve-se salientar que, durante toda vida, a empresa enfrenta riscos de extinção, mas esses tendem a ser minimizados à medida que o tempo de atuação passa. Obviamente que isso ocorre em razão da maior experiência adquirida, da credibilidade do mercado, entre outros. Nesse diagnóstico, o que pode ser inferido é que as empresas analisadas, sejam as que estão em atividade, sejam as extintas, apresentam, de modo geral, os mesmos problemas e expectativas, visto que atuam ou atuaram dentro de um ambiente socioeconômico semelhante.

Dessa forma, pode-se dizer que os resultados apresentados neste estudo consistem numa tentativa preliminar de caracterizar o grupo de micro e pequenas empresas do município de Passo Fundo e diagnosticar os fatores que influenciam para o sucesso ou fracasso desse grupo de empresas.

Ao caracterizar as empresas que estão em atividade no município, observou-se que 57% são do setor comercial; 25%, do setor de serviços e 18%, do setor indústria, entre as extintas, os percentuais são 24%, 48% e 28%, respectivamente, o que mostra maior vulnerabilidade do setor de serviços. Uma das possíveis justificativas para esse fato pode decorrer do reduzido volume de capital necessário à atividade, o que facilita

a saída de o mercado, seja pelo fato do proprietário conseguir novo emprego, seja pelas dificuldades impostas pelo mercado. Quando se trata de empresas individuais ou sociedades, a tendência é de que as firmas individuais sejam mais sensíveis aos problemas do mercado.

Os dados evidenciaram que 78% das empresas existentes no município são de responsabilidade limitada contra 11% de firmas individuais, entretanto, quando se analisam as extintas, percebe-se que 43% são firmas individuais e 52,3%, de responsabilidade limitada. Tal fato leva a inferir-se que as empresas individuais estão mais expostas e têm a ser mais frágeis aos problemas impostos pelo mercado.

Ao analisar o nível de alfabetização dos administradores, percebe-se que 40% daqueles que estão em atividade possuem apenas o segundo grau e que, entre as extintas, 66,6% tem, no máximo, o segundo grau. Tal fato evidencia uma relação direta entre o nível de escolaridade e o sucesso empresarial. Sobre esse particular, deve-se destacar que essa é uma tendência nacional e que o baixo nível de escolaridade tende a afetar, inclusive, o desempenho dos programas de apoio técnico gerencial.

Outro fator importante a ser analisado diz respeito a experiências vividas pelos empresários em atividades afins antes de abrirem seu próprio negócio. Como pode ser percebido, ter experiência anterior nem sempre é garantia de sucesso, entretanto, os riscos tendem a ser minimizados.

Com base na Quadro 2, percebe-se que 56,6% dos micro e pequenos empresários eram funcionários ou sócios em outra empresa antes de iniciarem o seu próprio negócio; desses, 38% fazem parte do grupo daqueles que extinguiram a atividade. Daí ser possível fazer duas observações: a primeira é que a experiência passada proporciona maiores chances de obter sucesso num novo negócio; a segunda relaciona-se ao fato de que 19% dos 38% citados já haviam sido empreendedores noutra oportunidade, indicando que, para um determinado segmento da população, o fracasso da primeira experiência como empresário não afastou o interesse ou a necessidade de abrir uma nova empresa, nem eliminou, com a experiência anterior, os riscos de uma segunda experiência malsucedida. Na verdade, numa economia que apresenta turbulências como a brasileira, as dificuldades de se manter no negócio são crescentes. Coexiste ainda a falta de planejamento empresarial, que tende a dificultar o controle da empresa e aumentar os riscos de extinção.

Quadro 2 - Atividade exercida pelo proprietário/gerente das micro e pequenas empresas de Passo Fundo-RS antes de iniciar na atividade empresarial(%).

Atividade exercida	Percentual em atividade	Acumulado % em atividade	Percentual extinta	Acumulado % extintas
Empregado do setor privado	36,6	36,6	19	19
Empregador noutra empresa	20	56,6	19	38
Autônomo	12,2	68,8	28,6	66,6
Desempregado	6,5	75,3	4,8	71,4
Estudante	10	85,3	4,8	76,2
Funcionário público	0	85,3	14,2	90,4
Dona de casa	0	85,3	4,8	95,2
Outras	14,7	100	4,8	100
Total	100		100	

Fonte: Primária.

As razões que levaram os empreendedores a entrar no ramo de atividade podem se revelar como fundamentais para a sobrevivência da empresa. O Quadro 3 apresenta os dados coletados junto ao grupo de empresários de Passo Fundo. Nesse, observa-se que 75,4% das empresas extintas iniciaram-se na atividade simplesmente pelo fato de terem tempo disponível ou por possuírem capital disponível, enquanto 65% daquelas que estão em atividade iniciaram suas atividades por terem identificado uma nova oportunidade de negócio. Dessas, apenas 24,6% cancelaram suas atividades. Identificar uma nova oportunidade de negócio antes de iniciar as atividades e analisar o mercado como forma de verificar a viabilidade econômico-financeira do mesmo pode ser questão de sobrevivência. Hoje, no Brasil, algumas instituições como o Sebrae, por exemplo, possuem setores específicos de apoio aos micro e pequenos empresários a baixo custo financeiro.

Quadro 3 - Razão pela qual o empresário resolveu entrar no ramo de atividade(%).

Razões para entrada no negócio	Percentual em atividade	Acumulada % em atividade	Percentual extintas	Acumulada % extintas
Tempo disponível	0	0	37	37
Capital disponível	6,7	6,7	38,4	75,4
Experiência anterior	13,3	20	0	75,4
Oportunidade de negócio	65	85	24,6	100
Não respondeu	15	100	0	100
Total	100		100	

Fonte: Primária.

Quando se avalia a relação de empresas que procuraram profissionais ou instituições para treinamento ou assessoria, pode-se observar uma forte correlação entre o nível de procura e a probabilidade de sucesso. Verificou-se que 90,5% das empresas que extinguíram suas atividades não recorreram a qualquer tipo de auxílio na condução dos negócios. Esse fator pode ser caracterizado como inibidor da competitividade e que, por outro lado, dificulta o acesso às informações da situação do mercado no que diz respeito a oportunidades, potencialidades e dificuldades mais frequentes. Entre as que estão em atividade, 76,6% não recorreram ainda a qualquer órgão de apoio, o que pode apresentar-se como fator de risco no médio prazo. Outro fator importante é que 75% das empresas que estão em atividade recorreram aos contadores como auxílio na tomada de decisão, evidenciando a importância desse profissional como forma de assessoria e para o qual se criam boas perspectivas de mercado.

Por outro lado, diagnosticar os fatores que mais dificultam a condução do negócio tende a facilitar a adoção de medidas, principalmente pelo setor público, como forma de viabilizar o pequeno empreendedor. Ao indagar os empreendedores quanto às dificuldades mais latentes, verifica-se que, em sua opinião, as principais dificuldades são semelhantes entre os dois grupos pesquisados, salientando problemas associados à elevada carga tributária, forte concorrência, falta de capital de giro e maus pagadores. Esse último, na verdade, é reflexo da atual conjuntura econômica recessiva em que se vive.

Observou-se que 11,7% dos empresários que se encontram em atividade atribuíram à crise econômica do país a principal dificuldade vivida. Em linhas gerais, pode-se dizer que a política recessiva implantada pelo governo, com elevadas taxas de juros, altos encargos trabalhistas e impostos, tem-se constituído em dificuldade adicional a

esse segmento de empresas. Vale destacar que, dentre os empresários analisados, o fator que poderá contribuir sobremaneira para a sobrevivência da empresa é o acesso a linhas especiais de crédito. Esse fator deve ser destacado levando-se em consideração que as dificuldades são de ordem prática, ou seja, excesso de burocracia e de ordem econômica, em razão das elevadas taxas cobradas.

Ao relacionar os fatores mais importantes para o sucesso de uma empresa, os empresários destacaram os seguintes: conhecimento do mercado, criatividade empresarial, acesso a novas tecnologias e persistência e experiência profissional. Para aqueles que cancelaram suas atividades, os fatores que contribuíram para o seu fracasso e que poderiam ter alavancado a empresa rumo ao sucesso foram: falta de capacidade empresarial, falta de experiência profissional, não aproveitamento de oportunidades, pouco conhecimento do mercado em que atuavam estratégia de venda inadequada, falta de capital próprio e falta de acesso a novas tecnologias.

Na verdade tanto os argumentos apresentados pelos empresários que estão em atividade quanto pelos que cancelaram suas atividades são decorrentes de um fator básico: conhecer o mercado. O empresário conhecedor do mercado no qual está inserido dificilmente adotará medidas consideradas na contramão da economia. Conhecer bem o mercado significa estar de olho nas particularidades do produto e nas tendências; é conhecer em profundidade as necessidades dos clientes e buscar a todo instante satisfazê-las; é estar em dia com a concorrência; é estar preocupado com os fornecedores, no sentido de torná-los parceiros.

As áreas de conhecimento mais relevantes, na opinião dos empresários que estão em atividade, foram organização empresarial, análise financeira, planejamento, marketing e relações humanas. Dentre os que extinguiram suas atividades, destacam-se a organização empresarial, análise financeira e planejamento. Esses últimos foram destacados como de grande importância para 19% e 38% dos entrevistados, respectivamente.

Vale destacar que estudos realizados para o estado de Minas Gerais apresentaram resultados semelhantes, entretanto deve-se lembrar que as características regionais e o poder de reação aos desafios são distintos, o que leva a inferir que possíveis medidas de apoio adotadas deverão considerar as peculiaridades de cada região e setor. Para esse estado, na visão do próprio empresário, as maiores dificuldades na condução do negócio estão associadas à falta de capital de giro e crédito, mercado e imposto. Outro fator destacado é que o processo de globalização da economia, com a crescente inserção do país no mercado internacional e a eliminação gradual de barreiras comerciais,

tem exercido forte pressão sobre as empresas de pequeno porte, sobretudo aquelas em setores de grande concorrência de bens importados.

CONCLUSÕES

Este trabalho apresentou uma breve discussão a respeito das particularidades das micro e pequenas empresas nacionais e diagnosticou os principais problemas vividos por esse grupo empresários, tendo em vista que o setor público, apesar de reconhecer a dimensão e importância desse estrato de empresas para a economia nacional não tem adotado medidas econômicas eficientes voltadas para o setor.

É evidente que outros estudos deverão ser feitos, detectando as peculiaridades de cada região e, mais importante ainda, deverá haver um acompanhamento constante da aplicação dos recursos que, porventura, vierem a ser destinados a essas empresas. Entretanto, esses recursos não terão de ser, necessariamente, na forma de crédito para investimentos, mas, e talvez de importância maior, na forma de incentivo fiscal. Isso, provavelmente, deverá ocorrer tanto na forma de redução da carga tributária como da desburocratização de algumas atividades.

Por outro lado, é cada vez mais evidente que, no ambiente atual, com política monetária restritiva, fica mais difícil o acesso das empresas, principalmente das de menor porte, aos veículos convencionais de financiamento.

Associada aos problemas conjunturais está a questão burocrática, que muitas das vezes acaba por inviabilizar um número elevado de micro e pequenas empresas. A consequência imediata é o crescimento do setor informal da economia e a formação de focos de tensões e de desigualdades sociais pelo maior grau de incerteza provocado pelo vácuo de regras legais num ambiente de maior competitividade.

Na verdade, cria-se um ciclo vicioso, no qual o governo arrecada menos devido ao grande número de empresas que cancelam suas atividades e, para regular suas contas, opta por elevar as alíquotas de impostos. Porém quanto maior for a carga tributária, maior será a saída do mercado e, conseqüentemente, menor será a arrecadação.

A grande questão para o setor público é que um grande número dessas empresas acaba por entrar na informalidade, como crescimento tende a apresentar um série de problemas para os municípios, estados e país, principalmente no que diz respeito à distribuição dos encargos fiscais e renda. Primeiro, porque implica menor montante arrecadado para ser distribuído em termos de benefícios para a população como um todo; segundo, porque o crescimento do setor informal acaba por gerar altos rendi-

mentos para uma parcela da população, o que tende a camuflar a verdadeira distribuição de renda.

Existe, ainda, a questão do planejamento do setor público, ou seja, uma alta participação da economia informal no total da economia pode implicar uma mensuração incorreta do produto da economia, o que levaria, necessariamente, a políticas inadequadas e à própria superestimação da questão do desemprego da economia.

Em linhas gerais, os problemas destacados pelas empresas do município de Passo Fundo- RS são, aparentemente, os mesmos vividos pelo conjunto de micro e pequenas empresas em nível nacional. Entretanto, como salientado anteriormente, as realidades regionais e as capacidades de reação frente às dificuldades impostas são distintas, o que nos leva a concluir que as medidas de apoio adotadas também deverão ser diferenciadas, ou seja, cada medida de estímulo deverá levar em consideração as particularidades de cada região e a formação do grupo de empresários.

Do ponto de vista do setor público, uma medida adotada e que deverá apresentar-se como importante alavanca para impulsionar os micro e pequenos empresários é o recente programa de capacitação lançado - Programa Brasil Empreendedor e crédito assistido -, que visa capacitar e dar suporte de crédito aos micro e pequenos empresários.

Com base nas questões verificadas, sugerir um conjunto de ações significa fazer generalizações, o que tende a levar a resultados nem sempre positivos no combate ao problema. Dessa forma, o mais coerente é propor soluções administrativas e gerenciais considerando as capacitações de cada grupo de empresários. Entretanto, existem alguns fatores que são de ordem geral, sem os quais, dificilmente, o empresário terá condições de sobreviver nesse mercado. Essas podem ser resumidas às seguintes: investimento em qualidade e tecnologia, aumento da produtividade e redução de custos, gestão financeira eficiente e aperfeiçoamento contínuo das políticas de venda e marketing.

Uma possível alternativa a ser sugerida para solucionar tais problemas é uma maior mobilização do setor como forma de ocupar o espaço que lhe é de direito e influenciar nas decisões de condução da política econômica do governo.

Em síntese, pode-se perceber que, de acordo com os empresários locais e nacionais, a recessão econômica, juntamente com a política de juros e tributos elevados, é a principal causadora do insucesso e da elevada mortalidade empresarial.

BIBLIOGRAFIA CITADA E CONSULTADA

- BARROS, A. de A. *Desenvolvimento regional e urbano*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1973.
- COCHRAN, W.G. *Técnicas de amostragem*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.
- DEGEN, J. R. *O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial*. São Paulo: McGraw Hill, 1989.
- GRZYBOVSKI, D.; TEDESCO, J.C. *Empresa familiar: tendências e racionalidades em conflito*. 2 ed. Passo Fundo: Ediupf. 2000.
- LETHBRIDGE, R. *Tendências da empresa familiar no mundo*. Rio de Janeiro: BNDES. v.4, n. 7, 1997, p185-200.
- RHODEN, S.M.I. Planejamento financeiro nas pequenas e médias empresas brasileiras. *Análise*, Porto Alegre: Edipucrs, v. 4 n.1, 1993. p.75-94.
- SEBRAE-MG. *Mortalidade de empresas*. Minas Gerais, out. 97, 20p.
- SOLEDADE, D. et al. *Fundos de empresas emergentes: novas perspectivas de capitalização para pequenas e médias empresas*. Rio de Janeiro: BNDES, v. 3, n. 6, 1996. p. 23-36.
- TAGLIASSUCHI, T. M. Pequenas empresas: o comportamento empresarial na acumulação e na luta pela sobrevivência. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, v. 7, n. 1, 1987, p.217-225.
- _____, Pequenas empresas, dependência econômica e participação política. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística, v. 8, n. 1, 1987, p.65-99.

SYNOPSIS

ANALYSIS OF THE MORTALITY OF MICRO AND SMALL BUSINESSES AND EVIDENCES FOR THE CITY OF PASSO FUNDO - RS

The goal of this article is to diagnose the main factors that cause precocious mortality of the micro and small businesses in the city of Passo Fundo, state of RS. The adopted methodology was based on the work developed by SEBRAE-MG for the year of 1997 and consisted of the application of questionnaires and interviews previously tested and applied for a sample of businesses in industry, commerce and service areas in the city. The information gathered provided data which indicate that even though there is a set of common factors that cause mortality, the ability to the features of each region must be adopted. The results allow us to state that the factors which cause precocious mortality for this group are mainly related to the economical policy triggered by high income rates and taxes.

Key-words: micro and small businesses, mortality of businesses, economical policy.

SINOPSIS

ANÁLISIS DE LA MORTALIDAD DE LAS MICRO Y PEQUEÑAS EMPRESAS Y EVIDENCIAS PARA EL MUNICIPIO DE PASSO FUNDO - RS

El presente artículo tuvo como objetivo diagnosticar los principales factores causadores de la mortalidad precoz de las micro y pequeñas empresas del municipio de Passo Fundo - RS. La metodología utilizada estuvo basada en el trabajo desenvuelto por el SEBRAE - MG para el año de 1997 y consistió en la aplicación de cuestionarios y entrevistas previamente testados y aplicados en una muestra de empresas de los setores de industria, comercio y servicios del municipio. El conjunto de informaciones obtenidas ofreció dados que indican que a pesar de existir un conjunto de factores comunes causadores de la mortalidad, la capacidad de reacción de los empresarios son diferentes, debiendo ser adoptadas medidas específicas de acuerdo con las particularidades de cada región. Los resultados obtenidos permitieron concluir también que los factores causadores de la "mortalidad" precoz de ese grupo de empresas están ligados, principalmente, a la política econômica recesiva provocada por altas tasas de interés y de impuestos.

Palabras clave: micro y pequeñas empresas, "mortalidad" empresarial, política económica.